



JORNAL da REPÚBLICA

§ 1.75

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

GOVERNO:

DECRETO-LEI N.º 16/2012 de 4 de Abril

Representação do Estado em Juízo 5864

DECRETO-LEI N.º 17/2012 de 4 de Abril

7.ª Alteração à Lei Orgânica do Governo 5865

DECRETO-LEI N.º 18/2012 de 4 de Abril

Subsídio de Apoio Condicional “Bolsa da Mãe” 5866

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:

Diploma Ministerial N.º 8/2012 de 4 de Abril

Órgão Planeamento Desenvolvimento Integrado
Distrital 5873

Diploma Ministerial N.º 9/2012 de 4 de Abril

Elaboração Plano Investimento Distrital 5885

DECRETO-LEI N.º 16/2012

de 4 de Abril

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM JUÍZO

A representação do Estado em juízo é, em regra, assegurada pelo Ministério Público, tal como postula o artigo 23º do Código de Processo Civil. Contudo, a litigiosidade em torno do sector público, por força do enorme leque de funções desempenhadas hoje em dia pelo Estado e seus organismos, é quantitativamente cada vez mais relevante e, qualitativamente, cada vez mais complexa.

A complexidade das causas em que o Estado é parte exige, frequentemente, um grau de especialização técnica e um nível de experiência elevado que justificam inteiramente o recurso a advogados privados que assegurem a melhor defesa da *res publica*.

O presente Decreto-Lei autoriza, assim, o Estado a designar mandatário judicial próprio, regulando o procedimento de contratação que, preferencialmente, será objecto de concurso público que garanta a transparência e carácter concorrencial deste. Estão, contudo, assegurados, os mecanismos que permitem uma designação célere, por razões de urgência, sigilo ou particular exigência técnica da causa.

Assim,

O Governo decreta nos termos do número 3 do artigo.º 115º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º Objecto

O presente Decreto-Lei regula o patrocínio do Estado em litígio por mandatário judicial próprio.

Artigo 2º Âmbito

O presente Decreto-Lei aplica-se às situações de representação em juízo do Estado.

Artigo 3º Princípios

1. A designação de mandatário nos termos do presente Decreto-Lei obedece aos princípios gerais da actividade administrativa, particularmente aos princípios da transparência e da concorrência, devendo realizar-se, sempre que possível, procedimento concursal público.
2. A realização da contratação em regime concursal é, contudo, dispensada, quando existam razões fundadas de urgência, sigilo ou especial complexidade técnica do processo em causa que o justifiquem.

Artigo 4º Designação de mandatário

1. O Estado pode designar mandatário que o represente em litígio, em substituição da representação pelo Ministério Público.

2. Pode ser nomeado, como mandatário em juízo, advogado privado habilitado ao exercício da advocacia nos termos da Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho.

Artigo 5.º
Procedimento

1. A designação do mandatário nomeado nos termos do presente Decreto-Lei é feita por despacho fundamentado do Primeiro-Ministro.
2. O despacho referido no número anterior é feito oficiosamente, ou a requerimento do membro do Governo responsável pela tutela da área da Justiça, ou da que seja objecto do litígio judicial em causa.

Artigo 6.º
Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, em 14 de Março de 2012.

O Primeiro-Ministro,

(Kay Rala Xanana Gusmão)

Promulgado em 26 / 03 / 12

Publique-se

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

DECRETO-LEI N.º 17/2012

de 4 de Abril

7.ª ALTERAÇÃO À LEI ORGÂNICA DO GOVERNO

A defesa do Estado em processos judiciais compete, em princípio ao Ministério Público, nos termos da alínea a) do n.º 1 da Lei n.º 14/2005, de 16 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 11/2011, de 28 de Setembro. Porém, e tal como o n.º 2 do

artigo 5.º da mesma Lei já prevê, a intervenção do Ministério Público cessa, nos termos previstos na lei, quando for constituído advogado ou nomeado defensor público.

O Governo, órgão competente para executar a política geral do país, está, hoje em dia, envolvido numa multiplicidade de actividades, mercê da sua actividade como motor do desenvolvimento económico e social de Timor-Leste, muitas vezes em áreas de actividade altamente complexas e especializadas. Quando o desenvolvimento dessa actuação resulta em processos judiciais torna-se necessário o recurso a um apoio jurídico também altamente especializado que os órgãos próprios e, neste caso, o Ministério Público, não estão em condições de proporcionar.

Designadamente o desenvolvimento das infra-estruturas do país e a exploração dos recursos naturais, envolvem investimentos e gastos do Estado elevadíssimos, que este tem obrigação de proteger e defender o melhor possível, inclusivamente em processos judiciais. Daí a necessidade de prevê a possibilidade de o Governo, através do Primeiro-Ministro, poder mandar advogados profissionais especializados nestas matérias de alta complexidade e especialização jurídica.

Assim,

O Governo decreta, nos termos do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Aditamento ao Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro

É aditada uma nova alínea ao n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 5/2008, de 5 de Março, n.º 26/2008, de 23 de Julho, n.º 37/2008, de 22 de Outubro, n.º 14/2009, de 4 de Março, n.º 11/2010, de 11 de Agosto e n.º 15/2010 de 20 de Outubro, com a seguinte redacção:

“Artigo 6.º
Primeiro-Ministro

1. (...).
2. (...):
 - a) (...);
 - b) (...);
 - c) (...);
 - d) Nomear advogado para representar o Estado, em processos judiciais em que este seja parte.
3. (...).
4. (...).
5. (...).
6. (...).”

Artigo 2.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no jornal oficial.

Aprovado em Conselho de Ministros em 14 de Março de 2012.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

Promulgado em 26 /03/ 12

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

DECRETO-LEI N.º 18/2012

de 4 de Abril

Subsídio de Apoio Condicional “Bolsa da Mãe”

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagra, no seu artigo 56.º, o direito de todos os cidadãos à segurança e à assistência social. Este direito é reforçado nos artigos 18.º e 39.º do texto constitucional no que respeita à protecção especial da criança por parte da família, da comunidade e do Estado, bem como à protecção da família como célula base da sociedade e condição para o harmonioso desenvolvimento da pessoa.

Um grande número de famílias timorenses vive ainda em situação de pobreza, nem todas as crianças que as integram têm acesso aos cuidados de saúde primários e ao ensino básico obrigatório.

O texto constitucional, estatui, nos seus artigos 57.º e 59.º, o direito de todos os cidadãos à saúde e à assistência médica, bem como o direito à educação através da criação de sistemas públicos de ensino básico e de saúde universais e na medida das suas possibilidades, gratuitos.

O programa do IV Governo Constitucional prevê o desenvolvimento de “programas de atribuição de subsídios aos mais pobres e vulneráveis, que irão contribuir para o aumento da equidade social mas também, materialmente, para a formação de capital humano, essencial a um desenvolvimento sustentável” e que “O Governo irá ainda considerar o desenvolvimento de projectos-piloto, de “transferência de dinheiro condicional”, na área da saúde e da educação para as famílias mais pobres, à semelhança do que tem vindo a ser realizado noutros países com sucesso”.

Neste sentido, face à necessidade de uma resposta imediata, o Governo desenvolveu o projecto-piloto *Bolsa da Mãe* de apoio em 2008 as mães, solteiras ou viúvas com o objectivo de promover o acesso à educação e à saúde dos seus filhos.

Tendo em conta a importância deste projecto-piloto e a experiência adquirida, o Governo considera fundamental aprovar legislação que defina os critérios e os procedimentos de atribuição de um subsídio.

O subsídio de apoio condicional *Bolsa da Mãe*, instituído pelo presente diploma, constitui uma prestação pecuniária, financiada pelo orçamento geral do Estado, de natureza condicional, pela sua atribuição depender da realização de acções por parte da família, destinada a reduzir a pobreza, a promover a frequência do ensino básico obrigatório e o acesso a cuidados de saúde primários.

Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea o) do nº1 do artigo 115.º e da alínea d) do artigo 116.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objecto

O presente diploma cria o subsídio de apoio condicional *Bolsa da Mãe*, adiante designado subsídio, destinado a agregados familiares, em situação de vulnerabilidade económica e social, com crianças a cargo.

Artigo 2.º
Natureza e finalidade

1. O subsídio é uma prestação pecuniária, com carácter transitório, periódico, condicional e de montante variável.
2. O subsídio tem como finalidade a redução da pobreza, a promoção da frequência do ensino básico obrigatório e o acesso a cuidados de saúde primários.

Artigo 3.º
Princípios gerais

A atribuição do subsídio rege-se pelos princípios da universalidade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da participação, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da informação, da igualdade e proporcionalidade, da justiça

e imparcialidade, da boa fé, da decisão, da celeridade, do acesso à justiça e da certeza jurídica.

Artigo 4.º
Definições legais

Para os efeitos do disposto no presente diploma entende-se por:

- a) “*Acordo*”, o compromisso escrito celebrado entre a entidade responsável e o titular, no qual se incluem obrigações assumidas por ambas as partes, destinadas a promover a frequência do ensino básico obrigatório, o acesso a cuidados de saúde primários e a promover da situação sócio-económica da família, nos termos do presente diploma;
- b) “*Agregado familiar*”, para além do requerente, integram o agregado familiar as pessoas que com ele vivam em economia comum, com comunhão de mesa e habitação, de entreatajuda e partilha de recursos, que tenham entre si uma relação familiar ou idêntica;
- c) “*Agregado familiar monoparental*”, o agregado familiar constituído apenas por um dos pais, quando o outro faleceu, está ausente ou é desconhecido, ou por apenas um representante legal ou um detentor da guarda de facto;
- d) “*Beneficiário*”, o agregado familiar a quem é atribuído o subsídio;
- e) “*Criança*”, pessoa com idade inferior a dezassete anos;
- f) “*Detentor da guarda de facto*”, a pessoa que tem vindo a assumir, continuamente, as funções essenciais próprias de quem tem responsabilidades parentais, inexistindo qualquer decisão judicial;
- g) “*Entidade Responsável*”, o departamento governamental responsável pela assistência social aos agregados familiares vulneráveis;
- h) “*Líderes comunitários*”, os chefes de suco;
- i) “*Representante Legal*”, a pessoa a quem está atribuída, por decisão judicial, a responsabilidade pela prestação de cuidados parentais em relação às crianças a cargo;
- j) “*Requerente*”, a pessoa que solicita a atribuição do subsídio, por se intitular pai, mãe, representante legal ou detentor da guarda de facto;
- k) “*Titular*”, a pessoa que recebe o subsídio.

Artigo 5.º
Cooperação

Os departamentos governamentais com a tutela das áreas da educação, saúde, administração estatal e ordenamento do território e finanças devem cooperar, na implementação deste diploma, com a entidade responsável.

CAPÍTULO II
DO SUBSÍDIO

Artigo 6.º
Condições de atribuição

A atribuição do subsídio está dependente da verificação das condições relativas ao requerente e das condições relativas ao agregado familiar previstas nos artigos seguintes.

Artigo 7.º
Condições relativas ao requerente

1. A atribuição do subsídio depende da verificação cumulativa das condições seguintes em relação ao requerente:
 - a) Ser cidadão timorense;
 - b) Ter idade igual ou superior a 17 anos;
 - c) Residir em território nacional, há pelo menos um ano à data da apresentação do requerimento do subsídio;
 - d) Assumir as responsabilidades parentais em relação às crianças a cargo, na qualidade de pai, mãe, representante legal ou detentor da guarda de facto;
 - e) Apresentar a documentação e a informação necessária solicitada pela entidade responsável, para avaliação da situação do agregado familiar e
 - f) Preencher devidamente o formulário de requerimento do subsídio.
2. Para além das condições acima referidas, a aquisição do direito fica dependente da celebração com a entidade responsável do acordo previsto no artigo 24.º.
3. O subsídio pode ainda ser atribuído a pessoas com idade inferior a 17 anos, desde que cumpram as restantes condições previstas no n.º 1 e quando tenham a cargo exclusivamente os seus descendentes.
4. No caso do número anterior, a decisão de atribuição do subsídio, está dependente de uma avaliação social e da emissão de parecer favorável por parte dos serviços responsáveis pela protecção da criança.

Artigo 8.º
Condições relativas ao agregado familiar

1. O subsídio é atribuído aos agregados familiares que se candidatem e que sejam considerados vulneráveis.
2. São considerados vulneráveis os agregados familiares que fiquem classificados com maior índice de vulnerabilidade após a aplicação da escala de vulnerabilidade a que se refere o número seguinte, excluindo-se previamente os agregados cujo rendimento *per capita* se situe acima do limiar oficial de pobreza.
3. A escala de vulnerabilidade do subsídio tem como objectivo

seleccionar os agregados familiares que, devido a factores económicos e sociais, estejam em especial situação de risco que comprometa a frequência da escolaridade básica obrigatória e o acesso a cuidados de saúde primários das crianças que o compõem, e é aprovada por diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social, tendo em conta os seguintes indicadores:

- a) Situação económica do agregado, dando prioridade aos agregados familiares com pior situação económica;
 - b) Número de cuidadores no seio do agregado familiar, dando prioridade aos agregados familiares monoparentais ou equiparados;
 - c) Número de crianças que compõem o agregado familiar, dando prioridade aos agregados familiares com maior número de crianças;
 - d) Existência de crianças com deficiência física ou mental.
4. Para efeitos do presente diploma, os agregados familiares constituídos por ambos os pais, dois representantes legais ou dois detentores da guarda de facto, mas em que um destes se encontre incapacitado para o trabalho nos termos do previsto para o subsídio de apoio a idosos e inválidos, são equiparados a agregados monoparentais.

Artigo 9.º

Lista de ordenação dos agregados familiares

O subsídio é atribuído aos agregados familiares que preencham as condições previstas no artigo anterior, que fiquem ordenados com maior índice de vulnerabilidade na respectiva área geográfica, após a aplicação da escala de vulnerabilidade.

Artigo 10.º

Valor do subsídio

O valor do subsídio é calculado por agregado familiar, utilizando-se para o efeito uma fórmula de cálculo aprovada por diploma ministerial do membro Governo com a tutela da assistência social, tendo em conta o valor do limiar oficial da pobreza, a estimativa dos custos anuais necessários para garantir a frequência do ensino básico obrigatório e o acesso a cuidados de saúde primários, a composição do agregado familiar, não podendo exceder um terço do vencimento mínimo da função pública.

Artigo 11.º

Definição do número de subsídios a atribuir

1. O número de subsídios a atribuir é definido anualmente por despacho ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social, tendo em conta o número de candidaturas apresentadas no ano imediatamente anterior, assim como a disponibilidade financeira do Estado no ano fiscal em causa.
2. O número de subsídios deve ser definido por distrito ou por circunscrições administrativas inferiores, tendo em conta a população residente e o nível de pobreza.

CAPÍTULO III PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO

Artigo 12.º

Competência para a atribuição do subsídio

A competência para a atribuição do subsídio cabe ao Ministério com a tutela da assistência social.

Artigo 13.º

Legitimidade para requerer

Têm legitimidade para requerer o subsídio as pessoas que considerem preencher as condições previstas neste diploma.

Artigo 14.º

Utilização das línguas oficiais

O processamento do subsídio é realizado nas duas línguas oficiais, tétum e português.

Artigo 15.º

Gratuidade

O processamento do subsídio não está sujeito ao pagamento de taxas ou despesas.

Artigo 16.º

Instrução do processo

1. A instrução do processo de atribuição do subsídio depende do preenchimento e assinatura do requerimento e da apresentação da documentação obrigatória por parte do requerente junto da representação da entidade responsável da sua área de residência.
2. O processo de atribuição do subsídio considera-se formalmente instruído depois da entrega da documentação obrigatória.

Artigo 17.º

Requerimento

1. O requerimento do subsídio deve obedecer a um modelo oficial devidamente aprovado por diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social.
2. O requerimento deve ser preenchido e assinado pelo requerente.
3. As declarações prestadas no requerimento devem corresponder a factos reais.

Artigo 18.º

Período de entrega de requerimento

O período dentro do qual se procede ao preenchimento e entrega do requerimento é definido por diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social, tendo em conta o calendário escolar.

Artigo 19.º
Documentação obrigatória

1. O requerimento deve ser instruído com a documentação seguinte relativa ao requerente e aos membros do agregado familiar:
 - a) Fotocópia do cartão de eleitor ou do bilhete de identidade do requerente e dos outros membros que integram o agregado familiar;
 - b) Fotocópia da certidão de nascimento das crianças que integram o agregado familiar;
 - c) Declaração do líder comunitário da área de residência do requerente que comprove o período da residência em território nacional do agregado familiar;
 - d) Documentos comprovativos da inscrição, em estabelecimento de ensino, de todas as crianças do agregado em idade escolar;
 - e) Documentos comprovativos da situação económica do agregado familiar, de acordo com o previsto no diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social que aprove a escala de vulnerabilidade;
 - f) Fotocópia de decisão judicial que determine a atribuição das responsabilidades parentais ao requerente ou, em caso de inexistência, declaração do líder comunitário da área de residência do requerente que comprove a existência de guarda de facto, caso o requerente não seja o progenitor;
 - g) Declaração do líder comunitário da área de residência do requerente ou fotocópia de decisão judicial que certifique a situação de monoparentalidade ou declaração médica que comprove a incapacidade para o trabalho de um dos pais nos termos do previsto para o subsídio de apoio a idosos e inválidos, nos casos previstos no n.º 4 do artigo 8.º;
 - h) Declaração médica que ateste a situação de deficiência de uma ou mais crianças do agregado.
2. Os responsáveis pela emissão das declarações a que se refere o número anterior devem atestar apenas os factos que correspondam à realidade.
3. O requerente recebe, da entidade responsável, comprovativo da entrega do requerimento e dos documentos apresentados.

Artigo 20.º
Declarações médicas

1. As declarações médicas que atestem a condição mental ou física dos membros do agregado familiar devem ser prestadas em modelo oficial e emitidas por médicos registados no Ministério com a tutela da área da saúde.
2. A emissão da declaração médica é feita com base em exame

médico realizado nos serviços públicos de saúde existentes tendo em conta a legislação em vigor.

3. Os titulares do subsídio de apoio estão obrigados à renovação das declarações médicas a que se refere o artigo anterior sempre que tal seja solicitado pela entidade responsável.

Artigo 21.º
Irregularidades no preenchimento do requerimento ou falta de documentação obrigatória

Sempre que a entidade responsável verifique irregularidades no preenchimento do requerimento ou falta de documentação obrigatória, que obstem ao reconhecimento do direito ao subsídio, o requerente é notificado para supri-las, no prazo de trinta dias, sendo informado que o não suprimento das irregularidades, determina o arquivamento do processo de atribuição do subsídio.

Artigo 22.º
Verificação da informação

1. A entidade responsável pode verificar a veracidade dos documentos apresentados e das informações prestadas pelo requerente, através da realização de visitas domiciliárias ao agregado familiar do requerente ou solicitação de informações a outras entidades do Estado.
2. As entidades do Estado devem colaborar com a entidade responsável e fornecer a informação solicitada.

Artigo 23.º
Decisão

1. A decisão do processo de requerimento do subsídio cabe à entidade responsável pelo processamento do pedido, devendo esta ser notificada ao requerente no prazo de 90 dias a contar da instrução formal do processo, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º.
2. A decisão da entidade responsável é susceptível de reclamação e recurso, nos termos previstos no Decreto-lei n.º 32/2008, de 27 de Agosto, que aprova o Procedimento Administrativo.
3. A notificação da decisão a que se refere o n.º 1 deve ser acompanhada de:
 - a) Informação sobre o direito de reclamação, recurso e respectivas consequências;
 - b) Lista de ordenação devidamente fundamentada; e
 - c) Indicação da necessidade de celebração do acordo a que se refere o artigo seguinte, bem como do respectivo momento e o local.

Artigo 24.º
Acordo do Subsídio

1. A atribuição do subsídio depende da celebração de acordo,

por escrito, entre a entidade responsável e o titular, no qual se estabelecem as obrigações assumidas por ambas as partes, com vista à frequência do ensino básico obrigatório, ao acesso a cuidados de saúde primários e à promoção da situação socio-económica da família.

2. Para além do titular, caso exista outra pessoa que assuma as responsabilidades parentais, a mesma deve fazer parte do acordo.
3. O acordo inclui obrigatoriamente a identificação do funcionário da entidade responsável, do titular e caso exista, da outra pessoa que assuma as responsabilidades parentais, o prazo pelo qual é celebrado, as obrigações assumidas, o prazo para cumprimento e a assinatura das partes.
4. O acordo deve ser celebrado até 30 dias a contar do prazo para a decisão das reclamações e recursos.

Artigo 25.º **Obrigações do titular**

1. No acordo, o titular e caso exista, a outra pessoa com responsabilidades parentais, assume necessariamente as seguintes obrigações:
 - a) Prestar cuidados de alimentação, higiene, segurança e conforto a todas as crianças a cargo, na medida das suas disponibilidades;
 - b) Garantir a frequência da escolaridade básica obrigatória por parte de todas as crianças do agregado familiar em idade escolar e apresentar os respectivos documentos comprovativos;
 - c) Garantir que todas as crianças a cargo cumprem o plano de vacinação obrigatória e acedem a outros cuidados de saúde primários disponíveis na área de residência e apresentar os respectivos documentos comprovativos;
 - d) Identificar a pessoa responsável pela criança durante o período de tempo em que não possa estar na companhia do titular, por razões laborais ou outras consideradas relevantes;
 - e) Comunicar a perda da nacionalidade timorense, a alteração da residência e da composição do titular e do seu agregado familiar ou a alteração de outras circunstâncias susceptíveis de influir na aquisição ou cessação do direito ao subsídio;
 - f) Prestar informações que correspondam à realidade.
2. Em caso de impossibilidade do cumprimento das obrigações previstas nas alíneas b) e c), o titular deve proceder à respectiva comunicação, indicando os seus motivos.
3. Do acordo podem ainda constar outras obrigações destinadas a promover a frequência do ensino básico obrigatório, o acesso a cuidados de saúde primários e a promoção da situação socio-económica da família.
4. As obrigações a que se refere o número anterior devem ser

adequadas às características do agregado familiar beneficiário, não podendo ser abusivas ou introduzir limitações ao funcionamento da vida familiar para além das necessárias à prossecução das finalidades do subsídio e devem estar previstas em diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social.

5. O requerente recebe, da entidade responsável, cópia do acordo na qual se incluem os seus direitos e deveres, bem como das consequências do incumprimento do acordo.

Artigo 26.º **Obrigações da Entidade Responsável**

A entidade responsável assume designadamente as seguintes obrigações:

- a) Efectuar o pagamento do subsídio;
- b) Informar e esclarecer o titular das fases do processo de atribuição do subsídio, dos seus direitos e deveres e prestar outras informações relevantes para o cumprimento das obrigações previstas no acordo do subsídio;
- c) Articular com as entidades do Estado tentando suprimir eventuais obstáculos ao cumprimento das obrigações do titular.

Artigo 27.º **Comunicações**

1. A entidade responsável deve comunicar e encaminhar as situações de crianças que se encontrem em perigo aos serviços competentes.
2. A entidade responsável comunica às autoridades judiciárias qualquer suspeita de prática de crimes contra crianças quando deles tenha conhecimento no âmbito das suas funções.

Artigo 28.º **Recusa da celebração do acordo**

1. Considera-se que existe recusa de celebração do acordo por parte do titular quando:
 - a) O titular não compareça na data prevista na notificação para a celebração do acordo com a entidade responsável, sem qualquer causa justificativa.
 - b) O titular compareça na data prevista na notificação para a celebração do acordo com a entidade responsável mas recusa-se a assinar o acordo.
2. A recusa da celebração do acordo implica a não atribuição do subsídio ao titular, determinando o arquivamento do processo.
3. Para efeitos da alínea a) do número 1, considera-se recusa de celebração do acordo, sempre que no prazo de dez dias após a data prevista para a celebração do mesmo, o titular não apresente qualquer causa justificativa da sua não comparência.

4. São consideradas causas justificativas da falta de comparência do titular, desde que devidamente comprovadas, as seguintes situações:

- a) A doença do titular ou de outro membro do agregado familiar a quem este preste assistência;
- b) O cumprimento de obrigações legais inadiáveis;
- c) O exercício de actividade profissional;
- d) Outras como tal consideradas pela entidade responsável.

Artigo 29.º

Efeitos da mudança de residência

A alteração de residência do titular e do respectivo agregado familiar para outro distrito, não implica a perda do respectivo direito ao subsídio.

CAPÍTULO IV

AQUISIÇÃO, DURAÇÃO E CESSAÇÃO DO DIREITO

Artigo 30.º

Aquisição do direito

O direito ao subsídio de apoio adquire-se a partir do mês seguinte ao da data da celebração do acordo entre a entidade responsável e o seu titular e caso exista, a outra pessoa que assuma as responsabilidades parentais, desde que estejam reunidas as condições de atribuição e sejam respeitadas todas as disposições previstas no presente diploma.

Artigo 31.º

Duração do direito

1. O subsídio é conferido pelo período de dois anos.
2. Decorrido o período previsto no número anterior, o titular não fica impedido de requerer um novo subsídio nos termos do artigo 13.º, desde que reúna as condições de atribuição previstas no presente diploma.
3. Antes do termo do prazo pelo qual é conferido o subsídio a entidade responsável comunica ao titular, em tempo útil, a data do pagamento da última prestação, informando-o do direito de requerer um novo subsídio e dos seus procedimentos.

Artigo 32.º

Cessação do direito

1. O direito ao subsídio cessa, nos seguintes casos:
 - a) Por morte do titular;
 - b) Quando deixem de se verificar as condições de atribuição do subsídio, nos termos dos artigos 7.º e 8.º;
 - c) Após o trânsito em julgado de decisão judicial condenatória de crime praticado pelo titular que determine a privação da sua liberdade;

- d) Pelo incumprimento do acordo por parte do titular;
- e) Pela prestação de falsas declarações por parte do titular, da qual resulte a atribuição ou a manutenção indevida do subsídio.

2. Para efeitos do previsto na alínea d) do n.º 1, considera-se que existe incumprimento do acordo, quando o titular não cumpre as acções e obrigações previstas no acordo, por motivo que lhe seja imputável, e no prazo estabelecido no mesmo, sem apresentar qualquer uma das causas justificativas previstas no n.º 4 do artigo 28.º.
3. Para efeitos da alínea e) do artigo 1.º, considera-se que o titular presta falsas declarações, quando preste declarações que não correspondam à verdade dos factos, para obter direito ao subsídio.

Artigo 33.º

Efeitos da cessação

1. A cessação do direito ao subsídio produz efeitos a partir do mês seguinte àquele em que ocorreram os factos que a determinaram.
2. A entidade responsável deve notificar a cessação do direito no prazo máximo de 30 dias úteis após o conhecimento dos factos que a determinaram, devendo, em igual prazo, solicitar a devolução de prestações indevidamente pagas.
3. Consideram-se indevidamente pagas as prestações que o forem em momento posterior ao que determina a cessação do direito ao subsídio nos termos previstos no número anterior.
4. A cessação do direito ao subsídio não impede o titular de apresentar novo requerimento nos prazos e nos termos gerais previstos no presente diploma, excepto quando a cessação do direito se deva à prestação de falsas declarações, caso em que o titular fica inibido de requerer o subsídio durante o período de vinte e quatro meses após o conhecimento do facto.

Artigo 34.º

Reavaliação do processo

1. Sempre que o titular deixe de fazer parte do agregado familiar, a entidade responsável procede a uma reavaliação do respectivo processo, com vista a apurar a existência de uma pessoa que se possa constituir como titular.
2. Sempre que a entidade responsável considere que existe outra pessoa com condições para se constituir titular, e caso a mesma concorde, é celebrado novo acordo pelo período restante, ficando a mesma subrogada nos direitos do antigo titular.
3. Caso não exista, nos termos dos números anteriores, um novo titular, a entidade responsável informa os serviços responsáveis pela protecção da criança desta situação.

**CAPÍTULO V
DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO**

**Artigo 35.º
Modo de pagamento**

1. O pagamento do subsídio é feito através de transferência bancária em conta a indicar pelo requerente.
2. O pagamento do subsídio pode ainda ser feito em dinheiro, em casos especiais a definir por diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social.

**Artigo 36.º
Periodicidade do pagamento**

A periodicidade do pagamento é determinada por diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social, não devendo decorrer mais de seis meses entre pagamentos.

**Artigo 37.º
Legitimidade para receber o subsídio**

O subsídio é pago exclusivamente ao titular após a celebração do acordo.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 38.º
Arquivo e base de dados**

1. O arquivo constituído pelos formulários e outros documentos relevantes a que se refere o presente diploma é considerado arquivo oficial e património do Estado.
2. A base de dados produzida com base no arquivo referido no número anterior é igualmente considerada oficial e património do Estado.
3. A entidade responsável pelo processamento do subsídio é também competente para criar e gerir o arquivo e a base de dados a que se referem os números anteriores.
4. Os dados contidos no arquivo e base de dados são confidenciais, podendo ser utilizados apenas com fins de comprovação dos mesmos e caso a sua divulgação seja autorizada pelo requerente para este fim.

**Artigo 39.º
Notificações**

As notificações previstas no presente diploma são realizadas através da afixação de editais na sede de suco da residência do requerente.

**Artigo 40.º
Regulamentação**

O presente diploma é regulamentado por diploma ministerial do membro do Governo com a tutela da assistência social, no

prazo de noventa dias a contar da sua aprovação.

**Artigo 41.º
Disposições transitórias**

1. O presente diploma aplica-se às relações jurídicas constituídas após a data da sua publicação.
2. As relações jurídicas anteriores ao presente diploma, constituídas ao abrigo do projecto piloto *Bolsa da mãe*, terminam no final de 2012, devendo o membro do Governo com a tutela da assistência social, aprovar diploma ministerial que regule as regras transitórias.

**Artigo 42º
Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de Fevereiro de 2012.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra da Solidariedade Social,

Maria Domingas Fernandes Alves

Promulgado em 26 / 03 / 12

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

Diploma Ministerial N.º 8/2012

de 4 de Abril

Órgaun Planeamentu Dezenvolvimentu Integradu Distritál

Atu armoniza implementasaun programa hirak-ne'ebé hala' o iha nível distritu, Governu deside hodi aprova Dekretu-Lei kona-ba Planeamentu Dezenvolvimentu Integradu Distritál (PDID).

Objetivu prinsipál hosi Dekretu-Lei ne'e mak atu estabelese no utiliza instituisaun ne'ebé eziste iha nível distritu, sub-distritu no suku hodi responsabiliza ba elaborasaun no implementasaun projetu infraestruturá sira ne'ebé identifika iha Planu Investimentu Distritál (PID).

Instituisaun ne'ebé sei estabelese mak Komisaun Dezenvolvimentu Distritu no Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu. Instituisaun ne'e tenki hala' o prosesu planeamentu no implementasaun PID hamutuk ho Delegasaun Teritorial ne'ebé representa servisu deskonsentradu husi ministériu relevante sira no Konsellu Suku.

Tuir Dekretu-Lei ne'e, ministériu responsável ba Administra-saun Lokál tenki halo diploma legál ida hodi regula kompozisaun no kompeténsia órgaun PDID.

Nune'e, Governu, liu husi Ministru Administra-saun Estatál no Ordenamentu Territóriu, fó ordén, tuir previzaun iha n.º.2, artigu 8º Dekretu-Lei n.º.4/2012, de 15 de Fevereiro, no alínea p) artigu 2.º, Dekretu-Lei n.º. 6/2008, loron 7 Marsu, alteradu ba Dekretu-Lei n.º 36/2008, 22 Outubru no Dekretu-Lei n.º.2/2011, loron 19, Janeiru, atu publika diploma tuir-mai:

**SEKSAUN I
Disposizaun Gerais**

**Artigu 1º
Objetivu**

1. Diploma ida-ne'e regula kona-ba kompozisaun no funsionamentu Komisaun Dezenvolvimentu Distritu no mós Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu nu'udar órgaun Planeamentu Dezenvolvimentu Integradu Distritál (PDID).
2. Diploma ida-ne'e mós regula kona-ba kompeténsia no funsionamentu Suku no Delegasaun Teritorial bainhira hala' o funsaun iha âmbito PDID, sein prejuizu sira nia kompeténsia jerál ne'ebé prevé iha diploma ne'ebé estabelese ida-idak nia funsionamentu.

**Artigu 2º
Órgaun PDID**

Órgaun ne'ebé partisipa PDID mak:

- a) Komisaun Dezenvolvimentu Distritu;

- b) Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu;
- c) Delegasaun Teritorial Ministériu hosi Distritu no Sub-distritu;
- d) Konsellu Suku.

**Artigu 3º
Prinsípiu**

1. Órgaun PDID tenki garante informasaun bá públiku kona-ba sira nia atividade.
2. Públiku bele asesu ba enkontru órgaun PDID.

**SEKSAUN II
Komisaun Dezenvolvimentu Distritu**

**Sub-seksaun I
Kompeténsia, Kompozisaun no Funsionamentu**

**Artigu 4º
Komisaun Dezenvolvimentu Distritu**

Komisaun Dezenvolvimentu Distritu, tuir-mai ho lia-fuan badak hanaran KDD, maka órgaun deliberativu ne'ebé harii iha nível Distritu ho kompeténsia atu prepara, aprova no implementa Planu Investimentu Distritál.

**Artigu 5º
Kompeténsia KDD**

1. Kompete ba KDD atu:
 - a) Planeia no desidi kona-ba projetu no orsametu PID;
 - b) Reajusta Planu Investimentu Distritál nian tuir Lei Orsametu Jerál Estadu nian ne'ebé aprova hosi Parlamentu Nasionál;
 - c) Supervizona implementasaun PID iha ninia distritu;
 - d) Hamutuk ho Ajénsia Dezenvolvimentu Nasionál hala' o supervizaun no koordenasaun ba implementasaun projetu hirak ne'ebé define nu'udar PDD II;
 - e) Mantein no asegura informasaun konaba progresu implementasaun PDID nian ba comunidade;
 - f) Aprova relatóriu konaba progresu atividade implementasaun no relatóriu finansa, ne'ebé prepara hosi Sekretariadu KDD, regularmente, hodi submete ba ministériu responsável ba Administra-saun Lokál;
 - g) Entrega oficialmente ba comunidade ka órgaun governu nian ne'ebé competente, sasán no ekipamentu ne'ebé completa ona liu hosi ezekusaun projetu PID nian;
 - h) Aprova kalendáriu planeamentu no implementasaun PID;
 - i) Halo funsaun seluk ne'ebé autoriza liuhosi diploma

ministeriál hosi ministériu responsável ba Administrasaun Lokál.

2. Atu deside kona-ba aprovasaun projetu PDID nian, KDD tenki analiza mós rezultadu kona-ba nesesidade distritu nian ne'ebé indika iha relatóriu sensus ikus nian.

Artigu 6º Kompozisaun KDD

1. Kompozisaun KDD nian mak hanesan tuir-mai:
 - a) Administradór Distritu, nu'udar Koordenadór;
 - b) Sekretáriu Distritál, nu'udar Vise-Koordenadór;
 - c) Directores sira hosi Delegasaun Territoriál iha nível Distritu, nu'udar membru;
 - d) Administradór Sub-distritu sira, nu'udar membru; no
 - e) Representante membru Konsellu Suku nain tolu ne'ebé eleitu hosi Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu ida-idak, nu'udar membru.
2. Representante Konsellu Suku ida-idak, mínimu liu, ida tenki fetu.
3. Durasaun mandatu representante Konsellu Suku iha KDD hanesan ho período mandatu sira nian nu'udar membru konsellu Suku.
4. Bainhira entidade competente instaura prosesu disiplinár hasoru membru KDD, membru ne'e tenki, temporariamente, suspende nia funsaun no tenki hetan substituisaun hosi ninia instituisaun.

Artigu 7º Enkontru KDD

1. Enkontru regulár mak enkontru ne'ebé KDD hala'ó, regularmente, tuir ajenda indikativu iha aneksu n.º.1 ne'ebé sai parte integrante hosi diploma ida-ne'e.
2. Enkontru estraordináriu mak enkontru ne'ebé KDD hala'ó bainhira iha asuntu urjente ruma nebé prezisa desizaun hosi KDD.
3. Enkontru KDD nian sei konvoka hosi Koordenadór KDD ka um terso 1/3 hosi membru KDD ba enkontru estraordináriu.
4. Membru KDD hotu-hotu tenki hetan konvite molok enkontru no bele hatama asuntu hodi inklui iha ajenda enkontru.
5. Xefe Suku sira nebe mak la'os membru KDD tenki hetan informaun konaba enkontru KDD nian molok reuniaun no tenki hetan rezultadu ka ata enkontru KDD nian hafoin reunian.
6. Bainhira diskusaun konaba asuntu ruma ne'ebé iha relasaun diretamente ho Suku ida, Koordenadór KDD tenki konvida

Xefe Suku ne'e mai tuir enkontru hodi rona ninia hanoin.

7. KDD bele mós konvida sidadaun kualkér ida atu rona ninia hanoin, wainhira prezisa.
8. Ata enkontru no relatóriu auditoria nian tenki taka iha kuardru avizu públiku distritu, sub- distritu no suku, mínimu fulan ida.
9. Kalendáriu enkontru KDD tuir prosesu planeamentu no implementasaun fó-sai hosi despaxu ministru responsável ba Administrasaun Lokál.

Artigu 8º Regra Enkontru KDD

1. Membru KDD hotu-hotu tenki partisipa iha enkontru no laiha delegasaun, anaunser ba representante Konsellu Suku.
2. Enkontru bele hahú banhira maioria membru KDD (50% + 1) marka prezensa, maibé entre membru sira-ne'e um terso 1/3 tenki mai hosi representante membru konsellu suku no mínimu tenki iha fetu ida.
3. Bainhira partisipa enkontru, membru KDD sira hotu iha direitu atu koalia no vota.
4. Desizaun membru KDD nian tuir prosesu deliberasaun PDID sei halo liu husi konsensu ka votasaun.
5. Bainhira laiha konsensu, membru KDD bele hala'ó votasaun liu husi dalan foti-liman ka segredu.
6. Desizaun KDD iha forsa obrigatória wainhira vota no delibera husi maioria absoluta membru sira (50%+1) ne'ebé marka prezensa.
7. Bainhira akontese votus hanesan iha prosesu votasaun hodi foti desizaun ruma, Koordenadór KDD iha votu kualifika- du ne'ebé tenki sura hanesan votu rua.

Sub-seksaun II Koordenadór Komisaun Dezenvolvimentu Distritu

Artigu 9º Koordenadór Komisaun Dezenvolvimentu Distritu

1. Administradór Distritu mak sai nu'udar Koordenadór KDD.
2. Wainhira Koordenadór KDD labele hala'ó ninia funsaun, Vise-Koordenadór tenki asume funsaun nu'udar Koordenadór.

Artigu 10º Kompeténsia Koordenadór Komisaun Dezenvolvimentu Distritu

Kompeténsia Koordenadór Komisaun Dezenvolvimentu Distritu maka:

- a) Konvoka no lidera enkontru KDD;

- b) Asegura atividade KDD nian hotu hala' o tuir oráriu ne' ebé defini no aprova;
- c) Garante implementasaun hosi deliberasaun no desizaun KDD nian;
- d) Informa ba membru Komisaun sira konaba progresu implementasaun hosi desizaun KDD nian;
- e) Representa KDD iha prezensa entidade sira seluk nian;
- f) Koordena atividade dezvoltamentu no prestasaun servisu hotu-hotu iha Distritu;
- g) Garante jestaun finanseira nebe di' ak ba orsamentu ne' ebé aloka ba distritu sira liu husi PDID;
- h) Autoriza pagamentu no asina kontratu entre KDD ho entidade seluk;
- i) Monitoriza dezempeñu pesoál KDD hotu, prepara e submete relatóriu dezempeñu pesoál sira-ne' e ba órgaun governu nian iha nível sentrál;
- j) Husu ba delegasaun territoriál sira-nebe iha Distritu atu fahe informasaun konaba planu dezvoltamentu no planu investimentu iha setór nebe sira responsabiliza;
- k) Koordena no garante funksionamentu EVAS atu hala' o verifikasaun, avaliasaun no supervizaun ba Planu Investimentu Distritál.

**Sub-seksaun III
Sekretariadu**

**Artigu 11°
Sekretariadu KDD**

1. Sekretariadu KDD mak estrutura administrativa ne' ebé estabesele hodi fasilita servisu administrativu KDD nian no Xefia hosi Sekretáriu Distritál.
2. Administrasaun Distritu, liu husi Departamentu Planeamentu no Dezenvolvimentu no Departamentu Finansas, mak hala' o funsaun Sekretariadu KDD.

**Artigu 12°
Xefe Sekretariadu KDD**

1. Xefe Sekretariadu KDD iha responsabilidade atu asegura jestaun administrasaun KDD nian, hanesan:
 - a) Implementasaun desizaun KDD nian;
 - b) Halo tuir orientasaun KDD liuhosi Koordenadór;
 - c) Fó apoiu ba Koordenadór KDD hodi relata progresu implementasaun husi KDD nia desizaun;
 - d) Garante funksionamentu Sekretariadu KDD nian relasiona ho planeamentu, implementasaun, administrasaun no finansas;

- e) Fó apoiu ba Koordenadór KDD hodi mantein no asegura informasaun kona-ba progresu atividade KDD nian ba comunidade sira.
2. Xefe Sekretariadu KDD, bazeia ba orientasaun no instrusaun jerál relasiona ho servisu KDD nian, relata direktamente ba Koordenadór KDD.

Artigu 13°

Kompeténsia Departamentu Planeamento no Dezenvolvimentu

1. Sem prejudika kompeténsia hirak ne' ebé prevee iha Diploma Ministeriál konaba Administrasaun Distritál no ho objetivu atu halao funsaun tuir PDID, kompete ba Departamentu Planeamento no Dezenvolvimentu:
 - a) Simu informasaun konaba prioridade dezvoltamentu husi Konsellu Suku, KDSD no delegasaun territoriál;
 - b) Organiza atividade verifikasaun no avaliasaun proposta projetu, inklui preparasaun horariu no formuláriu ba verifikasaun no avaliasaun proposta projetu;
 - c) Fasilita EVAS hodi prepara dezeñu no kustu estimasaun ba proposta projetu ba finansiamentu PDID;
 - d) Prioritiza proposta hodi rekomenda ba KDD;
 - e) Halo relatóriu no sumáriu proposta projetu PID hodi rekomenda ba KDD;
 - f) Prepara KDD nia planu investimentu no orsamentu, tantu esbosu no final;
 - g) Prepara KDD nia Planu Asaun Anuál (PAA) no Matriz Relatóriu Trimestrál (MRT);
 - h) Prepara dokumentu konkursu nian hodi haruka ba Departamentu Finansas hodi komete osan molok hala' o prosesu aprovizionamentu;
 - i) Monitoriza no supervizona implementasaun projetu PID;
 - j) Prepara oráriu monitorizasaun no supervizaun téknika;
 - k) Prepara relatóriu supervizaun téknika no progresu trimestrál KDD nian;
 - l) Fó apoiu ba KDD hodi realiza SKDD no hodi partisipa iha SKDN;
 - m) Halo serbisu seluk ne' ebé relasiona ho atividade regulár KDD nian.

2. Hodi hala' o kompeténsia nebe identifika iha alínea d), g), h), i), j) no k), Departamentu Planeamentu no Dezenvolvimentu tenki hala' o hamutuk ho Equipa Verifikasaun, Avaliasaun no Supervizaun sira.

Artigu 14°

Kompeténsia Departamentu Finansas

Sein prejudika kompeténsia hirak ne' ebé prevee iha diploma

ministeriál konaba Administrasaun Distritál no ho objetivu atu halao funsaun tuir PDID, kompete ba Departamentu Finansas fó apoiu ba Tezoureiru Administrasaun Distritu no Komisaun Konkursu Lokál.

Artigu 15º

Tezoureiru Administrasaun Distritu no Komisaun Konkursu Lokál

1. Tezoureiru Administrasaun Distritu sei estabesele hodi jere orsamentu PDID.
2. Komisaun Konkursu Lokál sei estabesele hodi halo aprovizionamentu hodi implementa projetu PDID.
3. Kompozisaun, kompeténsia no funsionamentu Tezoureiru Administrasaun Distritu sei determina ho diploma ministeriál konjuntu hosi Ministériu responsável ba Administrasaun Lokál ho Ministériu Finansas.
4. Kompozisaun, kompeténsia no funsionamentu Komisaun Konkursu Lokál sei determina ho diploma ministeriál konjuntu hosi ministériu responsável ba Administrasaun Lokál ho ministériu Finansas.

SEKSAUN III

Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu

Sub-seksaun I

Kompetensia, Kompozisaun no Funsionamentu

Artigu 16º

Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu

Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu, tuir mai ho lia-fuan badak hanaran KDSK, mak órgaun konsultivu nebe estabesele iha Sub-distritu ho objetivu atu fó apoiu ba KDD iha formulasaun rekomendasaun área prioridade ba dezenvolvimentu lokál.

Artigu 17º

Kompeténsia KDSK

Kompete ba KDSK atu:

- a) Responsabiliza ba konsulta konaba prioridade Suku;
- b) Deside konaba proposta prioridade investimentu hodi rekomenda ba KDD;
- c) Apoia Sekretariadu KDD nian iha supervizaun implementasaun PDID iha Suku;
- d) Hato'ó relatóriu progresu ba KDD durante implementasaun PDID;
- e) Hato'ó informasaun ba comunidade lokál.

Artigu 18º

Kompozisaun KDSK

1. Kompozisaun KDSK nian mak hanesan tuir-mai:

- a) Administradór Sub-distritu, nu'udar Xefe Komisaun;
- b) Xefe Delegasaun Territoriál Ministériu relevante iha nível Sub-distritu, nu'udar membru;
- c) Xefe Suku, nu'udar membru;
- d) Membru Konsellu Suku, ho funsaun hanesan membru, mínimu ida tenki feto, eleitu tuir regra ne'ebé defini iha diploma ne'e.

2. Durasaun mandatu representante Konsellu Suku iha KDD hanesan ho período mandatu sira nian nu'udar membru konsellu Suku.

3. Bainhira entidade competente instaura prosesu disiplinár hasoru membru KDD, membru ne'e tenki, temporariamente, suspende nia funsaun no tenki hetan substituisaun hosi ninia instituisaun.

Artigu 19º

Enkontru KDSK

1. KDSK sei realiza enkontru regulár no estraordináriu.
2. Enkontru regulár mak enkontru ne'ebé KDSK hala'ó regularmente, tuir kalendáriu planeamentu no implementasaun ne'ebé fósai hosi Despaxu Ministru responsável ba Administrasaun Lokál.
3. Enkontru estraordináriu mak enkontru ne'ebé KDSK hala'ó wainhira iha asuntu urjente ruma ne'ebé presiza desizaun hosi KDSK.
4. Enkontru KDSK nian sei konvoka hosi Xefe KDSK ka um terso 1/3 hosi membru KDSK ba enkontru estraordináriu.
5. Membru KDSK hotu-hotu tenki hetan konvite semana ida molok enkontru no bele hatama asuntu hodi inklui iha agenda enkontru nian.
6. KDSK bele mós konvida sidadaun kualkér ida atu rona nian hanoin, bainhira presiza.
7. Ata enkontru tenki taka iha kuadru avizu públiku Sub-distritu no suku, mínimu fulan ida.

Artigu 20º

Regra Enkontru KDSK

1. Membru KDSK hotu-hotu tenki partisipa iha enkontru no laiha delegasaun, anaunser ba representante Konsellu Suku.
2. Enkontru bele hahú banhira maioria membru KDD (50% + 1) marka prezensa.
3. Bainhira partisipa enkontru, membru KDSK sira hotu iha direitu atu koalía no vota.
4. Desizaun membru KDSK nian ba prosesu deliberasaun PDID sei halo liu husi konsensu ka votasaun.

5. Votasaun halao liu husi dalan foti-liman ou segredu wainhira laiha konsensu.
 6. Desizaun KDSD iha forsa obrigatoria wainhira vota no delibera hosi maioria absoluta membru sira (50%+1), ne'ebé marka prezensa.
 7. Wainhira akontese votus hanesan iha prosesu votasaun ho-di foti desizaun ruma, Koordenador KDSD nia iha votu kualifikadu hanesan ho votu rua.
- b) Prepara esbosu no kustu estimasaun téknika ba investimentu;
 - c) Submete relatório ba KDD durante implementasaun PID iha setór ida-idak;
 - d) Garante katak futuru kustu operasaun no manutensaun ba projetu hirak ne'ebé implementa ona alokadu iha sira nia orsamentu Ministériu ida-idak.

Sub-seksaun II
Xefe Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu

Artigu 21°
Xefe KDSD

Administrador Sub-distritu mak sai nu'udar Xefe Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu.

Artigu 22°
Kompeténsia Xefe KDSD

Kompeténsia Xefe Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritu mak:

- a) Representa KDSD iha prezensa entidade seluk;
- b) Konvoka no lidera enkontru KDSD;
- c) Asegura implementasaun atividade KDD nian tuir oráriu nebe defini no aprova ona;
- d) Asegura konsultasaun nível Suku;
- e) Mantein no asegura informasaun kona-ba progresu atividade KDD nian ba comunidade;
- f) Relata ba KDD progresu implementasaun PID;
- g) Hala'ó funsaun seluk ne'ebé prevee iha lei ka delega hosi KDD.

SEKSAUN IV
Delegasaun Territoriál sira

Artigu 23°
Delegasaun Territoriál

Delegasaun Territoriál mak servisu deskonsentradu ministériu ka sekretaria Estadu sira iha nível distritu no sub-distritu, estabelese ho objetivu hodi prepara Planu Investimentu Distritál iha setór ida-idak, iha nível Distritu no Sub-distritu hodi halo submisaun ba KDD.

Artigu 24°
Kompeténsia Delegasaun Territoriál

Kompeténsia DT maka:

- a) Submete proposta prioridade investimentu setór nian iha Sub-distritu ba KDSD no ba KDD iha nível Distritu;

Artigu 25°
Diretór Delegasaun Territoriál

1. Delegasaun Territoriál representa hosi Diretór Distritál, ka ema seluk ne'ebé xefia servisu distritu hosi Ministériu ka Sekretaria Estadu.
2. Diretór Distritál obrigatoriamente partisipa iha enkontru, labele delega funsaun ne'e ba funcionáriu seluk anaunser iha impedimentu ne'ebé bele justifika.

Artigu 26°
Kompeténsia Diretór Delegasaun Territoriál

Diretór nu'udar representante delegasaun territoriál, iha kompetensia atu:

- a) Konvoka no lidera enkontru iha setór ida-idak;
- b) Partisipa ativu iha enkontru no atividade KDD no KDSD liu husi representante hosi nível Sub-distritu;
- c) Garante koordenaun di'ak ho representante ministériu relevante sira iha nível Distritu no Sub-distritu hodi elabora planu estratéjiku, planu ba alokasaun relasiona ho kapitál investimentu no kestaun administrativa hosi setór ida-idak;
- d) Garante submisaun ba KDD esbosu tékniku kustu projetu infraestrutura, tuir prazu ne'ebé termina ona;
- e) Realiza supervizaun téknika ba implementasaun projetu infraestrutura iha setór relevante;
- f) Asegura implementasaun atividade KDD nian tuir oráriu ne'ebé trasa no aprova ona;
- g) Mantein no asegura informasaun kona-ba progresu atividade PDID nian iha sira nia setór ba comunidade;
- h) Relata ba KDD no ba ninia ministériu kona-ba progresu implementasaun PID;
- i) Nomeia funcionáriu tékniku ida hodi sai nu'udar koordenador Ekpa Verifikasaun, Avaliasaun no Supervizaun tuir ninia setór.

Artigu 27°
Ekpa Verifikasaun, Avaliasaun no Supervizaun

1. Atu hala'ó kompeténsia ne'ebé identifika iha alínea d) to'ó alínea h), artigu 25°, Diretór Delegasaun Territoriál estabelese Ekpa Verifikasaun, Avaliasaun no Supervizaun, tuir-mai

ho liafuan badak hanaran EVAS, nu'udar sub-estrutura iha KDD nia laran ho objetivu atu hala'o verifikasaun, avaliasaun no supervizaun ba projetu hosi Planu Investimentu Distritál.

2. EVAS estabesele tuir setór hirak ne'ebé iha Distritu, xefia hosi ninian Diretór no responde diretamente ba koordinador KDD.
3. Wainhira laiha diretór delegasaun territoriál hosi setór ne'ebé responsabiliza ba proposta projetu, Kordenador KDD tenki nomeia EVAS hodi responsabiliza ba proposta projetu ne'e.

Artigo 28º
Kompozisaun EVAS

Kompozisaun EVAS sei hanesan funsionariu sira husi Delegasaun Territoriál ne'ebé Diretór Delegasaun nomeia no tenki iha partisipasaun tékniku sira seluk hanesan tuir-mai ne'e:

- a) Tékniku delegasaun territoriál, tuir setór;
- b) Ofisiál Dezenvolvimentu Komunitária, konforme fatin projetu;
- c) Konsultór tékniku KDD nian;
- d) Tékniku sira seluk hosi representante administrasaun estadu ne'ebé iha kompeténsia atu implementa PDID iha distritu.

Artigo 29º
Kompeténsia EVAS

1. EVAS responsabiliza ba funsaun hirak tuir-mai ne'e:
 - a) Vizita fatin projetu hodi verifika no avalia proposta projetu PID;
 - b) Esplika razau eliminasaun proposta projetu ruma, wanhira proponente husu;
 - c) Prepara no apresenta relatóriu verifikasaun no avaliasaun ba KDD;
 - d) Prepara dezeñu no kustu estimasaun proposta projetu ba finansiamentu PDID;
 - e) Monitoriza no supervizona implementasaun projetu PID;
 - f) Prepara relatóriu supervizaun téknika.
2. Atu hala'o funsaun hirak ne'ebé identifika iha leten, EVAS tenki koordena ho Xefe Suku no hala'o hamutuk ho Departamentu Planeamentu no Dezenvolvimentu tuir nº.2, artigo 14, diploma ida-ne'e.

SEKSAUN V
Konsellu Suku

Artigo 30º
Konsellu Suku

Konsellu Suku mak órgaun ida-nebe harii iha nível suku ho

kompozisaun, kna'ar no responsabilidade ne'ebé defini iha Lei nº 3/2009 kona-ba Lideransa Komunitária ho Sira nia Eleisaun.

Artigo 31º
Kompeténsia Konsellu Suku

La prejudika kompeténsia hirak ne'ebé prevee iha Lei nº 3/2009, 8 Jullu, no ho objetivu hala'o funsaun iha ámbitu PDID, Konsellu Suku iha kompeténsia hirak tuir-mai:

- a) Hala'o konsultasaun prioridade projetu suku;
- b) Prioritiza no aprova prioridade projetu Suku nian bazeia ba nesesidade comunidade;
- c) Fó apoiu supervizaun implementasaun PID;
- d) Hato'o informasaun ba comunidade lokál, KDSO no ba KDD, liu husi sira nian representante;
- e) Hili no nomeia sira nia representante nebe sei ba tuur iha KDSO, tuir regra nebe defini iha diploma ne'e.

Artigo 32º
Kompeténsia Xefe Suku

Sem prejudika kompeténsia hirak nebe prevee iha Lei nº 3/2009, 8 Jullu, no ho objetivu hala'o funsaun iha ámbitu PDID, Xefe Suku iha kompeténsia hirak tuir-mai:

- a) Konvoka no lidera enkontru iha nível suku hodi elabora Planu Dezenvolvimentu Suku no fó informasaun konaba implementasaun;
- b) Asegura partisipasaun ativu membru Konsellu Suku iha enkontru Konsellu Suku;
- c) Asegura prosesu konsulta ho comunidade lokál konaba prioridade Suku ba hetan finansiamentu PDID;
- d) Submete prioridade projetu Suku nia ba KDSO;
- e) Fó apoiu ba supervizaun implementasaun projetu iha Suku.

Artigo 33º
Enkontru Konsellu Suku

1. Konsellu Suku hala'o regularmente enkontru dala tolu kona-ba PDID tuir kalendáriu planeamentu no implementasaun nebe fó-sai husi Despaxu Ministériu responsável ba Administrasaun Lokál.
2. Enkontru Konsellu Suku nian kona-ba PDID sei konvoka hosi Xefe Suku ka um terso 1/3 hosi membru Konsellu Suku.
3. Membru Konsellu Suku hotu-hotu tenki hetan konvite semana ida molok reuniaun no bele hatama asuntu hodi inklui iha ajenda enkontru nian.
4. Ata enkontru no relatóriu auditoria nian konaba PDID tenki taka iha kadru avizu públiku suku, mínimu fulan ida.

5. Enkontru Konsellu Suku hala' o tuir regra funsionamentu Konsellu Suku hanesan regula iha Lei n° 3/2009, kona-ba Lideransa Komunitária ho ninia Eleisaun.

SEKSAUN VI
Eleisaun membru órgaun PDID

Sub-seksaun I
Membru KDS D

Artigu 34°
Reprezentante Konsellu Suku ba KDS D

1. Sub-distritu nebe kompostu hosi suku tolu ka liu, kada Konsellu Suku sei hili representante rua (2) ba tuur iha KDS D no ba Sub-distritu hirak ne'ebé kompostu hosi suku rua de'it, kada Konsellu Suku sei hili representante tolu ba tuur iha KDS D.
2. Ema ida hosi representante rua ka tolu ne'e ba iha KDS D tenki Xefe Suku eleitu no ema ida hsi representante rua ka tolu ne'e mós, tenki iha fetu.
3. Konsellu Suku sira mós tenki hili representante suplente rua ka tolu, mane ba representante mane no fetu ba representante fetu, ne'ebé sei representa membru permanente sira bainhira labele atende enkontru KDS D nian.
4. Representante Konsellu Suku ne'ebé mak membru KDS D responsabiliza atu komunika informasaun ba Konsellu Suku kona-ba desizaun no atividade saída de'it mak hala'o iha KDS D ne'ebé sira pertense ba.
5. Kópia ata enkontru KDS D tenki publika iha quadru avizu públiku iha sira-nia suku.

Artigu 35°
Prosesu Selesaun

1. Representante Konsellu Suku ne'ebé atu ba tuur iha KDS D sei eleitu iha enkontru Konsellu Suku ne'ebé prezide hosi Xefe Suku;
2. Iha enkontru ne'e, Xefe Suku esplika prosedimentu selesaun no eleisaun representante Konsellu Suku iha KDS D no sei husu membru Konsellu Suku sira atu nomeia sira-nia'an rasik ka membru seluk atu sai representante permanente ka suplente iha KDS D;
3. Hafoin nomeasaun ne'e kompletu, Xefe Suku sei lee naran kandidatu ida-idak no taka lista rua (2) iha sala enkontru:
 - a) Lista primeiru ba kandidatu suplente Xefe Suku nian (mane ka fetu);
 - b) Lista segundu ba kandidatu permanente no suplente (mane ka fetu).
4. Konsellu Suku sei halo votasaun ba kandidatu sira ne'ebé iha lista ida-idak utiliza métodu foti liman ka segredu.
5. Bainhira Konsellu Suku utiliza métodu segredu, kada mem-

bru Konsellu Suku sei hakerek naran kandidatu ne'ebé mak sira prefere iha lista ida-idak no ba hatama iha fatin segredu ne'ebé determinadu.

6. Kada membru Konsellu Suku autoriza de'it atu vota ba kandidatu ida iha lista ida nia laran.
7. Hafoin prosesu votasaun remata, sei sura total votu ne'ebé kandidatu ida-idak hetan:
 - a) Kandidatu ne'ebé hetan votu barak liu iha lista primeiru sei sai representante suplente (mane ka fetu) ba Xefe Suku;
 - b) Kandidatu ne'ebé hetan votu barak liu primeiru hosi lista segundu (mane ka fetu) nian mak sei sai representante permanente segundu iha KDS D;
 - c) Kandidatu ne'ebé hetan votu barak liu segundu hosi lista segundu (mane ka fetu) nian mak sei sai representante suplente ba permanente segundu iha KDS D.
8. Semana ida hafoin eleisaun, Xefe Suku tenki haruka lista representante eleitu nain rua ka tolu ho mós sira nia suplente ne'e ba KDS D no taka iha quadru avizu públiku Suku no Sub-distritu durante fulan ida.

Sub-seksaun II
Membru KDD

Artigu 36°
Reprezentante KDS D ba KDD

1. Membru nain tolu mak sei representa KDS D ida-idak iha KDD, eleitu entre membru KDS D sira ne'ebé mai hosi Konsellu Suku, no menuzliu hosi membru eleitu sira ne'e ida tenki fetu.
2. Kada membru sei iha ninia suplente ne'ebé sei representa no partisipa iha enkontru bwainhira membru permanente labele atende enkontru KDD nian.
3. Representante Konsellu Suku ne'ebé mak membru KDD responsabiliza atu komunika informasaun ba Konsellu Suku kona-ba desizaun no atividade saída de'it mak hala'o iha KDD ne'ebé sira pertense ba
4. Kópia ata enkontru KDD tenki publika iha quadru avizu públiku iha sira-nia suku.

Artigu 37°
Prosesu Selesaun

1. Representante KDS D ne'ebé atu ba tuur iha KDD sei eleitu iha enkontru KDS D.
2. Iha enkontru ne'e, Xefe KDS D esplika prosedimentu selesaun no eleisaun representante KDS D ba iha KDD no sei husu membru sira ne'ebé mai hosi Konsellu Suku atu nomeia sira-nia'an rasik ka membru seluk atu sai representante permanente ka suplente iha KDD.

3. Hafoin nomeasaun ne'e kompletu Xefe KDS D sei lee naran kandidatu ida-idak no taka lista rua iha sala enkontru:
 - a) Lista ida ba kandidatu mane;
 - b) Lista ida ba kandidata fetu.
 4. Hafoin lee naran, membru KDS D sira hahú halo votasaun ba kandidatu sira iha lista ida-idak liuhosi foti liman ka segredu.
 5. Kada membru KDS D vota de'it ba kandidatu ida iha lista ida nia laran, hafoin sei sura total votu ne'ebé kandidatu ida-idak hetan:
 - a) Kandidatu sira ne'ebé hetan votu barak liu iha kada lista hosi lista rua ne'e (mane ka fetu) mak sei sai membru primeiru no segundu KDS D nian ba iha KDD;
 - b) Kandidatu ne'ebé hetan votu maioria segundu hosi lista rua ne'e (mane ka fetu) sei sai membru terseiru KDS D nian ba iha KDD.
 6. Karik eleitu ona mane ida hanesan membru, mak membru suplente mai hosi segundu kandidatu ne'ebé hetan votu barak liu iha lista mane nian, nune'e mós ba lista fetu nian.
 7. Karik eleitu ona mane nain rua hanesan representante permanente mak representante suplente ba sira nain rua ne'e tenki mai hosi terseiru no kuartu kandidatu ne'ebé hetan votu iha lista mane nian, nune'e mós ba lista fetu nian.
 8. Semana ida hafoin eleisaun, Xefe KDS D tenki haruka lista representante eleitu nain tolu ho mós sira nia suplente ne'e ba KDD no taka iha kuadru avizu públiku Suku, Sub-distritu no Distritu durante fulan ida nia laran.
- c) Número fetu ne'ebé marka prezensa no la marka prezensa iha enkontru;
 - d) Ajenda enkontru;
 - e) Dokumentasaun hosi diskusaun hotu-hotu;
 - f) Sumáriu kona-ba desizaun hirak-ne'ebé foti.

Artigu 40º

Estabelesimentu KDD no KDS D

1. Mandatu membru Assembleia Lokál no KDS D ne'ebé iha moluk diploma ne'e fó-sai sei transforma direktamente ba mandatu membru bainhira estabelese KDD no KDS D.
2. Hafoin estabelementu órgaun PDID, Koordenadór KDD no Xefe KDS D tenki haruka ba ministériu responsável ba Administrasaun Lokál lista membru KDD no KDS D, tuir formuláriu iha aneksu n.º.3 hosi diploma ida-ne'e.
3. Kompozisaun membru KDS D no KDD tenki taka iha kuadru avizu públiku distritu, sub- distritu no suku, mínimu fulan ida no publika iha Jornal República tuir despaxu ministériu responsável ba Administrasaun Lokál.

Artigu 41º

Kompeténsia ba implementasaun projetu tinan 2012

Membru KDD adopta kompeténsia ne'ebé prevee iha Dekretu-Lei n.º.18/2011, lora 6, fulan Maiu, to'o aprovasaun diploma ministerial kona-ba implementasaun PDID.

Artigu 42º

Revogasaun

Diploma ne'e revoga regra hotu-hotu ne'ebé kontráriu ba regra hirak-ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e.

Artigu 43º

Tama iha vigór

Diploma ida-ne'e tama iha vigór iha lora tuir-mai hafoin publika iha Jornal República.

Aprova hosi Ministru Administrasaun Estatál no Ordenamentu Territóriu iha lora 12, fulan Marsu, tinan 2012

Publika,

Ministru Administrasaun Estatál no Ordenamentu Territóriu

Arcângelo Leite

SEKSAUN VII

Dispozisaun Final no Tranzitória

Artigu 38º

Despeza órgaun PDID

1. Kustu operasionál ba funsionamentu órgaun PDID finansia hosi Orsamentu Jerál Estadu, tuir proposta ministériu responsável ba Administrasaun Lokál.
2. Despeza hotu-hotu tenki jere tuir lei jestaun finanseira no regulamentu finanseiru ne'ebé vigora.

Artigu 39º

Formatu Ata

Ata enkontru KDD, KDS D no Konsellu Suku sira nian tenki halo tuir formatu nebe fornese iha aneksu n.º.2 ne'ebé sai parte integrante hosi diploma ida-ne'e no tenki inklui informasaun tuir-mai ne'e:

- a) Lora, fatin no oras enkontru;
- b) Número membru ne'ebé marka prezensa no la marka prezensa;

Anexu 1

Ajenda indikativu ba enkontru KDD:

Primeiru enkontru, Koordenadór KDD mak konvoka nia ajenda hanesan tuir-mai ne´e:

- a) Explikasaun kona-ba regulamentu ne´ebe mak regula PDID ba membru KDD hotu-hotu;
- b) Apresentasaun lista membru KDD, inklui membru suplente, ne´ebé sira-nia naran hakerek ona iha formatu própriu ida-ne´ebé aprovalu hosi DNDLOT/MAEOT;
- c) Apresentasaun kona-ba planu investimentu no orsamentu anuál ne´ebé aprova hosi Parlamentu Nasionál;
- d) Aprovasaun kalendariu planeamentu no implementasaun tinan fiskál;
- e) Esplikasaun kona-ba orsamentu regulár KDD;
- f) Anúnsiu rezultadu avaliasaun kondisaun mínimu no alokasaun PDID;
- g) Nomeasaun ka votasaun ba membru sub-estrutura KDD;

Segundu enkontru, Koordenadór KDD mak konvoka nia ajenda hanesan tuir-mai ne´e:

- a) Leitura ata enkontru regulár ikus nian;
- b) Debate kona-ba progresu atividade trimestre uluk nian (Planeamentu, Implementasaun no jestaun orsamentu);
- c) Revizaun no aprovasaun orsamentu poupanza.

Terseiru enkontru, Koordenadór KDD mak konvoka nia ajenda hanesan tuir-mai ne´e:

- a) Leitura ata enkontru regulár ikus nian;
- b) Debate kona-ba progresu atividade trimestre uluk nian (Planeamentu, Implementasaun no jestaun orsamentu);
- c) Sekretariadu prezenta rezultadu prioritizasaun proposta hahú hosi tae´s to´o matrix prioritizasaun no rekomendasaun ba esbosu Planu Investimentu Distritál;
- d) Diskusaun no aprovasaun esbosu Planu Investimentu Distritál.

Kuartu enkontru, Koordenadór KDD mak konvoka nia ajenda hanesan tuir-mai ne´e:

- a) Leitura ata enkontru regulár ikus nian;
- b) Debate kona-ba progresu atividade Trimestre uluk nian (Planeamentu, Implementasaun no jestaun orsamentu);
- c) Diskusaun no aprovasaun hodi finaliza Planu Investimentu Distritál.

Anexu 2



ATA ENKONTRU KDD _____

Durasoun enkontru :	Totál Loron	Data (s)	Komesa/Hahú (oras)	Remata (oras)
Enkontru fasilita hosi:				
Número membru sira ne'ebé marka prezensa iha enkontru:	Feto	Mane	Total	
Número membru sira ne'ebé la marka prezensa:	Feto	Mane	Total	
Lista prezensa aneksa:	LOS <input type="checkbox"/>		LAE <input type="checkbox"/>	
Totál despeza:				
Sumáriu despeza aneksa	LOS <input type="checkbox"/>		LAE <input type="checkbox"/>	
Ajenda enkontru:	1.			
	2.			
	3.			
	4.			
	5.			
			

A. Diskusaun

B. Sumáriu Desizaun ne'ebé foti

C. Kestaun hirak ne'ebé atu hala'o no see mak responsabiliza

D. Kestaun seluk

Ata prepara husi:

Data: _____

Asinatura:

Ata aprova husi:

Data: _____

Asinatura:

Diploma Ministerial N.º 9/2012

de 4 de Abril

Elaborasaun Planu Investimentu Distritál

Atu armoniza implementasaun programa hirak-ne'ebé hala' o iha nível distritu, Governu deside hodi aprova Dekretu-Lei kona-ba Planeamentu Dezenvolvimentu Integradu Distritál (PDID).

Objetivu prinsipál hosi Dekretu-Lei ne'e mak atu estabesele no utiliza instituisaun ne'ebé eziste iha nível distritu, sub-distritu no suku hodi responsabiliza ba elaborasaun no implementasaun projetu infraestruturá sira-ne'ebé identifika iha Planu Investimentu Distritál (PID).

Tuir Dekretu-Lei ne'e, ministériu responsável ba Administra-saun Lokál tenki aprova diploma ministerial ida hodi defini prosedimentu kona-ba elaborasaun Planu Investimentu Distritál.

Nune'e, Governu, liu husi Ministru Administra-saun Estatál no Ordenamentu Territóriu, fó ordén, tuir previzaun iha n.º 2 artigu 19º, Dekretu-Lei n.º 4/2012, 15 Fevereiro, no alínea p) artigu 2.º, Dekretu-Lei n.º 6/2008, 7 Marsu, ne'ebé altera ho Dekretu-Lei n.º 36/2008, 22 Outubru no Dekretu-Lei n.º 2/2011, 19 Janeiro, atu publika diploma tuir-mai:

**Seksaun I
Dispozisaun Jerál**

**Artigu 1º
Objetu**

Diploma ida-ne'e regula prosesu ne'ebé órgaun hosi Planea-mentu Dezenvolvimentu Integradu Distritál (PDID) hala' o hodi identifika no defini prioridade investimentu hodi fornese servisu públiku iha distritu liu husi Planu Investimentu Distritál (PID).

**Artigu 2º
Órgaun elaborasaun PID**

Entidade ka órgaun nee'ebé partisipa iha elaborasaun PID mak:

- a) Konsellu Suku;
- b) Delegasaun Territoriál (DT);
- c) Komisaun Dezenvolvimentu Sub-distritál (KSDS);
- d) Komisaun Dezenvolvimentu Distritu (KDD);
- e) Ministeriu responsável ba Administra-saun Lokál;
- f) Liña Ministerial;
- g) Ajénsia Dezenvolvimentu Nasionál (ADN).

**Artigu 3º
Prinsípiu Elaborasaun PID**

1. Planu Investimentu Distritál mak lista projetu infraestruturá

ne'ebé Komisaun Dezenvolvimentu Distritál (KDD) aprova hafoin prosesu konsulta ne'ebé órgaun PDID hala' o ho comunidade.

2. PID elabora tinan-tinan bazeia ba armonizasaun entre Planu Dezenvolvimentu Suku (PDS) no Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu Nasionál (PEDN).

**Artigu 4º
Definisaun Ferramentu PID**

1. Ta'es inisial mak mekanizmu ne'ebé órgaun PDID sira halo hodi hili ka elimina proposta hirak ne'ebé bele hatama ba Planu Investimentu Distritál tuir kritería ne'ebé determina iha menu indikativu, haree aneksu n.º 1 hosi diploma ida-ne'e.
2. Menu indikativu indika lista exemplu investimentu ba finansiametu PDID ne'ebé iha impaktu direta no indireta ba comunidade nia neseseidade báziku, utiliza ba dezenvolvimentu infraestruturá no fó benefísiu ba uma kain barak.
3. Bazeia ba menu indikativu, investimentu hirak tuir-mai ne'e lalele tama PDID:
 - a) Ekipamentu ho material eskritóriu;
 - b) Edifísiu relijiozu;
 - c) Pagamentu saláriu, dívida, indemnizasaun no kustu regulár hirak seluk;
 - d) Programa kréditu.
4. Klasifikasaun tuir paralelizmu mak ferramenta ne'ebé utiliza hodi halo kompara-saun sistemátika entre projetu ida ho ida seluk ho objetivu atu fasilita hodi foti desizaun kona-ba projetu ne'ebé atu sai nu'udar prioridade.
5. Ferramenta Matriz Setór Multi-kritería mak ferramenta ne'ebé KDD utiliza hodi halo prioritizasaun ba proposta ida-idak tuir análise imparsiál ho objetivu atu fasilita kompara-saun projetu hirak ne'ebé tau ona iha setór ida nia laran tuir kritería hirak tuir-mai ne'e:
 - a) Nível prioridade iha suku, nível sub-distritu ka delega-saun territoriál;
 - b) Karik suku ka delegasaun territoriál barak liu ida mak hato' o proposta projetu hanesan;
 - c) Mudansa ba tempu nee'ebé atu uza hafoin implementa-saun projetu;
 - d) Uma kain hira mak hetan benefísiu diretu;
 - e) Kontribuisaun lokal
 - f) Rezultadu sensus

6. Ferramenta Matriz Multi-Setór Multi-Kritería mak ferramenta

ida-ne'ebé KDD utiliza hodi halo prioritizasaun ba proposta ida-idak tuir análise imparsiál ho objetivu atu fasilita komparaun projetu hirak hosi setór hotu-hotu tuir kritéria hirak tuir-mai ne'e:

- a) Nível prioridade iha suku, nível sub-distritu ka delegasaun territoriál;
- b) Rezultadu hosi matriz setór multi-kritéria;
- c) Kustu kada uma kain ne'rbé benefisia;
- d) Número benefisiáriu feto;
- e) Kontribuisaun lokál;
- f) Prioridade nasional.

Seksaun II
Prosesu Elaborasaun PID

Artigu 5º
Faze Elaborasaun PID

Elaborasaun PID sei halo fazeadamente tuir pasu hirak tuir-mai ne'e:

- a) Identifikasaun nesiedade desenvolvimentu iha suku;
- b) Prioritizasaun nesiedade desenvolvimentu iha Suku no Delegasaun Territoriál nível sub-distritu;
- c) Prioritizasaun no aprovasaun nesiedade iha KDSD no Delegasaun Territoriál nível distritu;
- d) Ta'es, verifikasaun no avaliasaun iha nível distritu;
- e) Prioritizasaun proposta no preparasaun esbosu PID hosi KDD;
- f) Apresentasaun no diskusaun esbosu PID ne'ebé prepara hosi KDD iha SKDD no SKDN;
- g) Finalizasaun no aprovasaun PID ne'ebé prepara hosi KDD;
- h) Submisaun PID ne'ebé aprova ba ministériu responsável ba Administrasaun Lokál;
- i) Reajustamentu PID tuir Orsamentu Jerál Estadu ne'ebé aprova hosi Parlamentu Nasionál.

Artigu 6º
Identifikasaun Nesiedade Suku

1. Identifikasaun nesiedade suku mak prosesu konsulta no identifikasaun proposta ne'ebé Konsellu Suku hala'o iha suku ida-idak hodi haruka ba KDSD.
2. Hafoin Governu, liu hosi ministériu responsável ba Administrasaun Lokál, anunsia, alokasaun orsamentu ba distritu hotu ne'ebé inklui iha Orsamentu Jerál Estadu no mós totál projetu ne'ebé distritu iha, suku sira bele hahú

prosesu konsulta no identifikasaun sira nia nesiedade.

3. Konsellu Suku tenki hahú prosesu konsulta ba comunidade kona-ba PDID hafoin anúnsiu ne'ebé temi iha número 2.
4. Anúnsiu alokasaun nee'bé temi iha número 2 sai baze ba implementasaun projetu ne'ebé aprova iha tinan kotuk no mós sai hanesan orsamentu indikativu ba tinan fiskál tuir-mai.
5. Konsellu Suku asegura no atualiza lista PDS liuhosi konsulta ho comunidade iha nível aldeia hodi hetan finansiamentu PDID, tuir manuál kona-ba Planu Dezenvolvimentu Suku.
6. Bainhira Konsellu Suku identifika sira nia nesiedade tenki determina proposta ne'ebé atu implementa tuir Planu Dezenvolvimentu Desentralizadu (PDD) no Programa Dezenvolvimentu Komunitáriu (PDK).

Artigu 7º
Prioritizasaun Nesiedade Suku

1. Prioritizasaun nesiedade iha nível suku mak prosesu examinaun no análise ne'ebé Konsellu Suku hala'o hodi ta'es no prioritiza proposta hosi Planu Dezenvolvimentu Suku (PDS).
2. Hafoin prosesu konsulta, Konsellu Suku utiliza menu indikativu hodi hala'o ta'es inisiál molok halo prioritizasaun.
3. Hodi hala'o prioritizasaun no aprovasaun proposta projetu ne'ebé bele hetan finansiamentu PDID, Konsellu Suku tenki utiliza ferramenta Klasifikasaun tuir paralelizmu.
4. Konsellu Suku tenki haruka ba KDSD lista proposta prioridade no deskrisaun projetu aprova atu implementa tuir PDD no PDK.
5. Proposta projetu PDK ne'ebé Konsellu Suku haruka tuir número anteriór, bele fasilita prosesu ta'es inisiál de'it no labele tama prosesu prioritizasaun hosi KDSD no KDD.
6. Ministru responsável ba Administrasaun Lokál, liuhosi despaxu, mak determina totál proposta projetu ne'ebé suku ida-idak tenki haruka tinan-tinan.

Artigu 8º
Identifikasaun nesiedade

Delegasaun Territoriál nível Sub-distritu

1. Identifikasaun nesiedade investimentu Delegasaun Territoriál nível sub-distritu mak prosesu identifikasaun projetu ne'ebé unidade delegasaun territoriál nível sub-distritu hala'o hodi apresenta proposta projetu ba finansiamentu PDID.
2. Bainhira suku submete proposta projetu ba KDSD, Delegasaun Territoriál iha nível sub-distritu mós tenki haruka proposta projetu ne'ebé aprova ba KDSD.
3. Ministru esponsável ba Administrasaun Lokál, liuhosi

despaxu, mak determina totál proposta projetu ne'ebé delegasaun territoríal ida-idak tenki haruka tinan-tinan.

Artigu 9º

Identifikasaun no Prioritizasaun Nesesidade KDS D

1. Prioritizasaun nesesidade KDS D mak prosesu ne'ebé KDS D hala'o hodi prioritiza proposta projetu hirak ne'ebé simu hosi suku no Delegasaun Territoriál nível sub-distritu.
2. Hafoin simu proposta projetu, KDS D tenki utiliza menu indikativu hodi halo lista ta'es inisiál molok halo prioritizasaun.
3. KDS D tenki utiliza ferramenta klasifikasaun tuir paralelizmu atu hala'o prioritizasaun no aprovasaun proposta projetu ne'ebé atu hetan finsansiamentu PDID.
4. KDS D haruka ba KDD lista prioridade no deskrisaun projetu atu implementa tuir PDD no aneksa lista prioridade dezvoltimentu suku ne'ebé atu implementa liuhosi PDK.
5. Ministru responsável ba Administrasaun Lokál, liuhosi despaxu, mak determina totál proposta projetu ne'ebé KDS D ida-idak tenki haruka tinan-tinan.

Artigu 10º

Identifikasaun nesesidade

Delegasaun Territoriál nível Distritu

1. Identifikasaun nesesidade delegasaun territoríal nível distritu mak prosesu identifikasaun projetu ne'ebé delegasaun territoríal nível distritu sira hala'o hodi apresenta proposta projetu hirak ne'ebé atu rekomenda ba KDD.
2. Bainhira KDS D submete proposta projetu ba KDD, Delegasaun Teritorial iha nível distritu mós tenki haruka deskrisaun projetu ne'ebé aprova ba KDS D.
3. Ministru responsável ba Administrasaun Lokál, liuhosi despaxu, mak determina totál proposta projetu ne'ebé Delegasaun Territoriál ida-idak tenki haruka tinan-tinan.

Artigu 11º

Ta'es, Verifikasaun no Avaliasaun

1. Ta'es, verifikasaun no avaliasaun mak prosesu ne'ebé Sekretariadu hala'o hodi ta'es, verifika no avalia proposta projetu ne'ebé KDD simu hosi KDS D no Delegasaun Territoriál nível distritu.
2. Departamentu Planeamentu no Desenvolvementu Distritál bazeia ba menu indikativu atu halo ta'es inisiál ba proposta hotu-hotu ne'ebé KDD simu.
3. Hafoin simu lista proposta projetu ba verifikasaun no avaliasaun, Ekpa Verifikasaun, Avaliasaun no Supervizaun (EVAS) vizita fatin projetu hodi verifika no avalia viabilidade proposta ida-idak,
4. Iha prosesu verifikasaun proposta, EVAS tenki haree ba fatór kítiku hirak tuir-mai ne'e:

a) Problema kona-ba rai;

b) Problema kona-ba direitu propriedade;

c) Risku ba meu-ambiente;

d) Fatin lulik ka sagradu.

5. EVAS tenki elimina proposta projetu ne'ebé identifika katak iha fatór kítiku.
6. Hafoin verifikasaun, Sekretariadu no EVAS tenki dezeña no kalkula kustu hosi proposta projetu ida-idak no hetan aprovasaun hosi órgaun kompetente iha nível distritu.
7. Proposta projetu ne'ebé atu aprova tenki kategoriza ba PDD I bainhira iha estimasaun kustu ba proposta nia valór to'ó \$150.000,00 dólar amerikanu no ba PDD II bainhira iha estimasaun kustu ba proposta nia valór entre \$150.001,00 dólar no \$500.000,00 dólar amerikanu.

Artigu 12º

Prioritizasaun proposta no preparasaun PID

1. Prioritizasaun proposta mak prosesu ne'ebé Sekretariadu ho EVAS halo hodi prioritiza proposta hotu-hotu ne'ebé hetan ona ta'es, verifikasaun, avaliasaun no kategoriza ba PDD I no PDD II.
2. Sekretariadu ho EVAS utiliza ferramenta Matriz Setór Multi-Kritéria no Matriz Multi-Setór Multi-Kritéria hodi prioritiza proposta projetu ba PID.
3. Sekretariadu tenki apresenta ba KDD relatóriu kona-ba prosesu planeamentu no sumáriu proposta projetu ba PID.

Artigu 13º

Aprovasaun esbosu Planu Investimentu Distritál

1. KDD tenki diskute relatóriu no sumáriu projetu ne'ebé Sekretariadu apresenta hodi aprova esbosu Planu Investimentu Distritál.
2. Esbosu Planu Investimentu Distritál mak lista proposta investimentu ne'ebé KDD aprova no propoin atu hetan finsansiamentu hosi PDID.
3. Esbosu Planu Investimentu Distritál ne'ebé KDD aprova tenki inklui lista projetu ne'ebé atu implementa ho PDD I, PDD II no PDK.

Artigu 14º

Sorumutu Koordenasaun Dezenvolvimentu Distritu

1. Sorumutu Koordenasaun Dezenvolvimentu Distritu (SKDD) mak sorumutu ida-ne'ebé organiza hosi Koordenadór KDD ho partisipasaun membru sira hotu no envolve parte interesadu hotu-hotu iha nível distritu, hodi fornese informasaun, diskute no armoniza proposta projetu esbosu PID.
2. Parte interesadu nível distritu mak:

- a) Funsionáriu administrasaun distritu;
 - b) Funsionáriu administrasaun sub-distritu;
 - c) Delegasaun territoriál nível distritu;
 - d) Sosiedade Sivil ne'ebé hala'o servisu iha distritu;
 - e) Diretor-Jerál hosi ministériu ida-idak ka ninia reprezentante.
3. Rezultadu hosi SKDD mak esbosu PID ne'ebé atu prezenta iha SKDN no tenki iha ata.
 4. KDD ida-idak tenki submete esbosu PID ba ministériu responsável ba Administrasaun Lokál atu fahe ba liña ministériu sira molok hala'o SKDN;
 5. DT nível distritu tenki hato'o esbosu PID ne'ebé aprova liuhosi SKDD ba ministériu tutela molok hala'o SKDN.

Artigu 15º

Sorumutu Koordenasaun Dezenvolvimentu Nasionál

1. Sorumutu Koordenasaun Dezenvolvimentu Nasionál (SKDN) mak sorumutu ida-ne'ebé lidera hosi Primeiru-Ministru ho partisipasaun parte interesadu hotu-hotu iha nível distritál no nasional, fasilita hosi ministériu responsável ba Administrasaun Lokál no ministériu Finanzas.
2. Parte interesadu sira-ne'ebé participa iha nível distritál no nasional ne'e mak:
 - a) Rerezentante membru KDD;
 - b) Membru Governu;
 - c) Sosiedade Sivil ne'ebé hala'o servisu iha distritu;
 - d) Parseiru dezenvolvimentu.
3. SKDN hala'o hodi fornese informasaun, diskute no armoniza proposta projetu hodi evita duplikasaun entre Planu Distritu nian ho Planu Dezenvolvimentu Nasionál;
4. Rezultadu hosi SKDN mak konfirmasaun kona-ba lista projetu PID no tenki iha ata.

Artigu 16º

Finalizasaun PID

1. Hafoin SKDD no SKDN, Sekretariadu realiza prosesu finalizasaun PID atu hetan aprovasaun KDD.
2. KDD tenki submete ba Governu PID ne'ebé aprova ona hamutuk ho dokumentu tuir-mai nee:
 - a) Planu Asaun Anuál (PAA) KDD;
 - b) Matriz Relatóriu Trimestrál (MRT) KDD;
 - c) Dokumentu deskrisaun projetu;

d) Dokumentu dezeñu no kustu projetu.

3. Dokumentu ne'ebé identifika iha alínea a) no b), número 2 iha leten tenki submete ba ministériu responsável ba Administrasaun Lokál hamutuk ho Administrasun Distritu nian.

4. Ministériu responsável ba Administrasaun Lokál mak submete PID ba ministériu Finanzas no fó kópia ba ministériu relevante sira.

Artigu 17º

Reajustamentu PID

1. Bainhira iha alterasaun ba proposta dotasaun orsamentu, KDD tenki reajusta PID tuir Orsamentu Jerál Estadu ne'ebé Parlamentu Nasionál aprova.

2. Reajustamentu ne'e tenki hala'o antes implementasaun PID.

Seksaun IV

Dispozisaun Final no Tranzitóriu

Artigu 18º

Ferramenta no Formuláriu PID

Ferramenta no formuláriu ofisiál hirak ne'ebé atu utiliza hodi elabora PID sei fó-sai liuhosi despaxu ministru responsável ba Administrasaun Lokál.

Artigu 19º

Revogasaun

Diploma ne'e revoga regra hotu-hotu ne'ebé kontraria ho diploma ida-ne'e.

Artigu 20º

Tama iha vigór

Diploma ida-ne'e tama iha vigór iha lora tuir-mai hafoin publika iha Jornál República.

Aprova hosi Ministru Administrasaun Estatál no Ordenamentu Territóriu iha lora 12, fulan Marsu, tinan 2012

Publika,

Ministru Administrasaun Estatál no Ordenamentu Territóriu.

Arcângelo Leite

Anexu nº.1



MENU INDIKATIVU PDID

1. Distritu sira bele uza alokasaun PDID nian hodi finansia investimentu nebe:

- a) Iha impaktu direta no indireta ba comunidade nia nesesidade baziku.
- b) Utiliza ba 'dezenvolvimentu' infraestrutura.
- c) Fo benefisiu ba uma kain barak, laos ba uma kain ida ka rua.

2. Investimentu hirak tuir mai ne'e la bele finansia ho PDID:

- a) Ekipamentu ho material eskritoriu;
- b) Edifisiu relijiozu;
- c) Pagamentu salariu, divida, indemnizasaun no kustu regular hirak seluk tan;
- d) Programa kreditu.

Tabela tuir mai indika lista ida konaba exemplu investimentu hirak nebe bele finansia ho PDID, no Suku bele iha projetu seluk nebe iha natureza ka objetivu hanesan:

FINANSIAMENTU PDID
Saude
Konstrusaun Postu Saude + fasilidade Konstrusaun Centru Saude Komunitaria fasilidade Konstrusaun Klinika Maternidade + fasilidade Konstrusaun Armagem Rehabilitasaun Postu Saude Rehabilitasaun Centru Saude Komunitaria Rehabilitasaun Klinika Maternidade Konstrusaun residencia pesoal saude
Bee mos no Saneamentu
Konstrusaun Tanki Reservatoriu Instalasaun Bee ho sistema solar-painel Sistema Saneamentu ba Komunitade Vulneravel Investimentu, operasaun e Manutensaun Sistema abastesimentu bee hemu (kanu bee, posu no seluk tan) Rehabilitasaun fasilidade Bee mos Konstrusaun no rehabilitasaun fasilidade Saneamentu Publiku (MCK) Protesaun Bee Matan
Edukasaun, Kultura e Desportu
Konstrusaun eskola infantil, primaria, pre-secundaria no secundaria + fasilidade Konstrusaun fasilidade merenda eskolar + fasilidade Konstrusaun e rehabilitasaun residencia profesores Konstrusaun no rehabilitasaun gimnasiu Konstrusaun palku haksolok Konstrusaun dormitoriu alunas (orfanatu); Konstrusaun biblioteca

Konstrusaun dormitoriu atleta disportivu
Konstrusaun centru Informasaun no Komunikasaun.
Konstrusaun eskola filial publiku + fasilidade
Aumenta sala de aula + fasilidade
Rehabilitasaun fasilidade ensinu baziku ho ensinu sekundaria;
Konstrusaun centru analfabetizasaun + fasilidade
Konstrusaun centru joventude nivel Sub Distritu
Equipamentu kultura ex. Babadok, Tambor, nst.
Konstrusaun facilidades jogos desportivus

Agrikultura e Seguransa alimentar no buka moris

Konstrusaun no rehabilitasaun irigasaun eskalaun bot (primer)
Konstrusaun baragen ba irigasaun eskalaun ki'ik
Konstrusaun centru veterinaria
Konstrusaun centru hakiak ai-oan
Armagen ba produktu local
Konstrusaun matadouru
Konstrusaun mini-merkadu + fasilidade
Konstrusaun e rehabilitasaun irigasaun skalaun ki'ik
Prevensaun erosaun
Konstrusaun baragen ba irigasaun eskalaun ki'ik

Meiu Ambiente no Rekursu Naturais

Reflorestasaun
Konstrusaun Fatin Lixu publiku

Infraestrutura

Konstrusaun no rehabilitasaun bareiras (mota, Estrada)
Kontrolo de cheias
Konstrusan no Estrada ho alkatraun + ponte, baleta, trotoar, nst.
Extensaun linha Electricidade
Edifisiu Sub Distritu
Uma bainaka (visitante) Sub-Distritu no Distritu + Fasilidade
Konstrusaun residencia membru polisia komunitaria
Harii linha transmisaun komunikasaun no informasaun
Instalasaun solar-painel
Konstrusaun Centru Komunitade Aldeia, Suku
Konstrusaun dalan rurais laos-ho alkatraun tuir standar Minimu (iha bee dalan, deker, moru satan rai no ateru fatuk no raihenek)
Konstrusaun uma ba gerador

Solidariedade Sosial

Konstrusaun uma ba vulneravel (idozos, aleizadu, feto-faluk
Uma ba ema moras 'kronika' (izolamentu: HIV, lepra, TBC)
Konstrusaun no rehabilitasaun cemiteiru publiku